

Procedimento de Apoio a Atividade Fim nº MPMG 0024.18.016394-1

Nota Técnica nº 06/2020

- 1. Objetivo:** Apurar a situação de conservação e verificar a necessidade de adoção de medidas de proteção de tela original de Di Cavalcanti, localizada na Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek.
- 2. Contextualização:**

Na data de 14 de agosto de 2018, aportou nesta Coordenadoria de Patrimônio Cultural, demanda referente ao Procedimento Administrativo nº 0261.18.000539-1, instaurado para adoção de medidas de proteção da tela original de Di Cavalcanti, exposta na Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, localizada no município de Diamantina.

Segundo consta no ofício nº 025/2018, enviado para Promotoria de Justiça da Comarca de Diamantina, em agosto de 2018, pela ex diretora da instituição de ensino em questão, a tela do famoso pintor modernista fluminense está exposta na escola sem nenhuma segurança, sendo que esta se encontra em um estado precário de funcionamento, apresentando problemas estruturais no edifício, danos nos sistemas hidráulicos e elétricos e também pendências, carentes de resolução, em relação aos equipamentos de trabalho e pedagógicos.

A ex diretora, Cláudia Geralda Gomes, apontou no ofício nº 025/2018, datado de 02 de agosto de 2018, que solicitou auxílio da SRE, IPHAN e SEEMG, em 2016, mas que não obteve resposta até aquela data, referente aos seguintes pontos:

- necessidade de instalação de sistema de câmeras, grades e alarmes;
- necessidade de resolver danos referentes à estrutura física do prédio, ao sistema hidráulico e elétrico;
- necessidade de instalação de sistema de proteção contra incêndio;
- necessidade de estruturação de depósito de gás adequado;
- necessidade de segurança de obra de arte de Di Cavalcanti exposta nas dependências da escola;
- necessidade de eletrodomésticos em condições de uso.

Em 10 de agosto de 2018, o ofício nº 025/2018 foi encaminhado para a Promotora de Justiça Luciana T. Christofaro Guimarães, a qual instaurou o Procedimento Administrativo em 13

de agosto de 2018. Naquela mesma data despachou-se no sentido de que fosse oficiada a Secretaria Regional de Ensino e IPHAN, para que informassem se há projeto de sistema de segurança para a obra de Di Cavalcanti, existente na Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. O procedimento instaurado em Diamantina serviu de base para a instauração, na data de 19 de setembro de 2019, do Procedimento referenciado no topo deste trabalho técnico.

Na data de 27 de setembro de 2019, o Centro de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis – CECOR foi oficiado, por parte desta Coordenadoria, no sentido de que fosse viabilizada consulta à documentação produzida no âmbito do Centro, quando da restauração da tela naquele local, entre 1986 e 2001. Sinalização positiva para consulta foi apresentada em 17 de outubro de 2019.

Em 18 de outubro de 2019 esta Coordenadoria oficiou à Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, solicitando acesso à tela com o intuito de verificar seu estado de conservação e condições de segurança. Foi realizada visita *in loco*, em 21 de outubro, à referida Escola Estadual. Naquela ocasião foi entregue para a atual diretora um relatório contendo perguntas sobre a escola e a pintura de Di Cavalcanti, elaborado pelo setor técnico, o qual foi respondido em 21 de novembro de 2019. Juntou-se ao Procedimento certidão e material resultante da diligência.

3. Análise Técnica:

Conforme verificou-se no relato da ex diretora Cláudia Geralda Gomes, em exercício no ano de 2018, a Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, lograda na Rua Jogo da Bola, nº 120, Centro, da cidade de Diamantina, tem apresentado problemas que comprometem o bom funcionamento da instituição. O prédio é uma construção modernista datada da década de 1950, inserido em um centro histórico tombado como Patrimônio Nacional, na data de 16 de maio de 1938¹. O reconhecimento daquele centro histórico como Patrimônio Mundial, pela Unesco, ocorreu em dezembro de 1999². Extraí-se do domínio virtual do IPHAN:

No conjunto arquitetônico, a cidade conta com monumentos significativos para a história da arte e da arquitetura no Brasil dos séculos XVIII, XIX e XX, como as igrejas das Mercês, do Amparo, do Carmo, do Rosário, de São Francisco de Assis, do Senhor do Bonfim, bem como a Casa do Forro Pintado, à rua Direita, o edifício do Fórum, o Mercado Municipal, o Museu do Diamante, a Biblioteca Antônio Torres, a Casa da Chica da Silva e os prédios projetados pelo arquiteto Oscar

1 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/229> acesso em janeiro de 2020.

2 Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/historic-centre-of-diamantina/> acesso em janeiro de 2020.



Niemeyer: Hotel Tijuco, Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina, **Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek** e Diamantina Tênis Clube (grifo nosso).

Em termos gerais pode-se dizer que o prédio da escola está implantado em um grande espaço aberto com gramado em seu entorno, tendo plantações em todo terreno. Pelos registros fotográficos identifica-se uma entrada principal na fachada frontal do edifício e uma porta na fachada posterior. O terreno é cercado por um muro e a entrada na instituição se dá por um portão de grade.

Consultando a rede mundial de computadores, reuniu-se informações quanto a situação do edifício. Na edição de nº 334, ano de 2007, da revista Projeto Design, foram publicadas reportagens sobre a arquitetura de Oscar Niemeyer em comemoração ao seu centenário. Uma das reportagens dedicou-se ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek, cuja construção se iniciou em 1951 a pedido do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, como presente ao município de Diamantina, sua cidade natal. O edifício, finalizado em 1954, começou a funcionar como Grupo Escolar apenas em 1955, recebendo a nomeação atual em 1970.

De acordo com trechos da reportagem, nos primeiros anos de funcionamento da escola, a estrutura já apresentava problemas. Identificou-se, naquele momento, um vazamento em banheiro advindo do banheiro no andar superior. Esta patologia dava indícios de sua existência em razão da presença de um fio de água que podia ser observado no teto do andar inferior. Diante do ocorrido, tomou-se como providência paliativa a inutilização do banheiro. Tempo depois: “em 1987 [...] descobriu-se que a água se infiltrava nos alicerces, comprometendo a estabilidade do conjunto – a qualquer momento a escola poderia adernar para frente”³, o que foi percebido pelo aparecimento de uma trinca. Então, os técnicos optaram pela construção de “uma nova linha de pilares paralela à existente, amarrando-a à laje de piso do pavimento superior”⁴.

3 MELENDEZ, Adilson. **Jóia modernista incrustada em território barroco**. Disponível em: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/especiais/oscar-niemeyer-escola-publica-diamantina-01-12-2007>. Acesso em: 28 ago 2019.

4 Ibid.





Figura 1 – Vista frontal de parte da fachada da E. E. Professora Júlia Kubitschek.

Fonte:

<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/especiais/oscar-niemeyer-escola-publica-diamantina-01-12-2007>. Acesso em: 28 ago 2019.



Figura 2 – Vista frontal lateralizada da E. E. Professora Júlia Kubitschek.

Fonte:

<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/especiais/oscar-niemeyer-escola-publica-diamantina-01-12-2007>. Acesso em: 28 ago 2019.

Em ofício, a ex diretora Cláudia expõe a situação da estrutura que, segundo informado, foi constatada por engenheiros e por Júnior (sic) do IPHAN, em visita realizada no ano de 2016. Mencionou-se: o risco de queda do prédio devido ao cedimento do terreno, ocasionado por águas de chuva e galerias subterrâneas construídas por insetos, apresentando rachaduras por toda parte; a precariedade no sistema hidráulico e elétrico; a falta de segurança para quem trabalha na cozinha, com a geladeira, o fogão e o freezer que não estão em condições de uso.

A partir dos dados levantados, portanto, infere-se que o prédio sempre apresentou problemas estruturais. Não obstante, esses têm se agravado com o passar dos anos, requerendo medidas urgentes para a manutenção de seu funcionamento como instituição de ensino. De forma que não ofereça riscos à vida dos estudantes e de seus funcionários, bem como aos bens: escola e tela.

Outra questão abordada, no ofício nº 025/2018, é a falta de um sistema de prevenção e combate a incêndio, que se mostra extremamente importante em uma escola, visto os problemas elétricos mencionados e, ainda, a existência de um depósito de gás inadequado – outro apontamento feito pela diretora, elemento causador de acidentes em potencial.





Figura 3 – Vista da parte posterior lateralizada da E. E. Professora Júlia Kubitschek.

Fonte:

<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/especiais/oscar-niemeyer-escola-publica-diamantina-01-12-2007>. Acesso em: 28 ago 2019.



Figura 4 – Vista da entrada da E. E. Professora Júlia Kubitschek.

Fonte:

<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/especiais/oscar-niemeyer-escola-publica-diamantina-01-12-2007>. Acesso em: 29 ago 2019.

Segundo a ex diretora, no ano de 2018, “[...] indivíduos adentraram o local e furtaram objetos da instituição [...]”⁵, o que pode ter sido facilitado não somente pelos muros da escola, que são muito baixos e sem proteção, mas também pela falta de segurança do ambiente. A urgência por um sistema de câmeras e alarme foi uma das preocupações apresentadas, assim como a colocação de grades. Sabe-se que a instalação de um sistema de segurança e de uma proteção nos muros é de fácil resolução, contudo, a inserção de grades poderia descaracterizar a estética do edifício. Deve-se consultar o ente responsável por julgar quais intervenções podem ser feitas.

Na parte interna do prédio há o salão de entrada principal que dá acesso as demais salas. Em suas dependências está a tela do pintor fluminense Di Cavalcanti descrito por Cláudia Gomes como “de valor inestimável sem nenhuma segurança”⁶.

Trata-se de uma pintura datada de 1954, “de técnica mista sobre tela, com dimensões de 240 cm por 250 cm [aproximadamente]. A obra não tem título e foi doada ao Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek por Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1954”⁷.

5 Trecho retirado do ofício nº 025/2018 enviado pelo órgão EE Profª Júlia Kubitschek, p. 06 do PAAF nº MPMG-0024.18.016394-1.

6 Ibid.

7 BARACHO, BARACHO, Cláudia Elizabeth. Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961. 2016. 20f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.



A tela pertencente à Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek foi pintada pelo artista fluminense Emiliano Cavalcanti e doada à instituição pelo então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, em 1954, ano de sua inauguração. Desde então, o painel integra o acervo da Escola, configurando bem material móvel de grande valor para a comunidade diamantinense, visto que sempre esteve presente na memória e convivência de pessoas que frequentaram o local.

Em 1970 a escola foi invadida por infratores que danificaram a tela, conforme conta Baracho (2016). Quase duas décadas depois a obra de arte foi entregue, por Maria Angélica Coelho Antunes – que estava à frente da gestão de instituição de ensino, a Cláudio Augusto de Magalhães Alves, diretor regional da 7ª diretoria do SPHAN, em Belo Horizonte. O senhor Alves deixou o painel aos cuidados do CECOR – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis – na UFMG, para processo de restauração que se iniciou em 1986.

Na data de 11 de setembro de 2001, sob a direção de Rita Nascimento Fonseca Brant, a tela retornou para Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, após ter passado por processo de restauração. Segundo informações colhidas por Baracho (2016, p. 95) “antes de receber a tela, foi realizada na escola uma reunião para definir o tipo de alarme a ser instalado, o vidro colocado na moldura, o melhor local para sua exposição”. Essas medidas visavam atenuar as chances de novas depredações à obra, por pessoas mal-intencionadas.

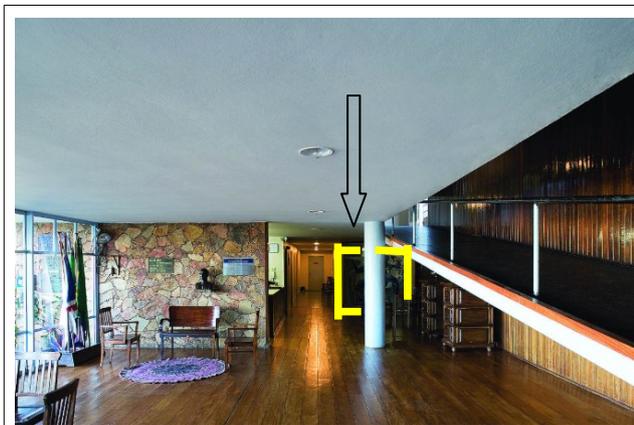


Figura 5 – Vista do salão de entrada da E. E. Professora Júlia Kubitschek. Em destaque o painel de Di Cavalcanti. Fonte: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/especiais/oscar-niemeyer-escola-publica-diamantina->



Figura 6 – Tela de Di Cavalcanti datada de 1954. Foto feita por Baracho em 2016. Fonte: BARACHO, op. cit., p. 93

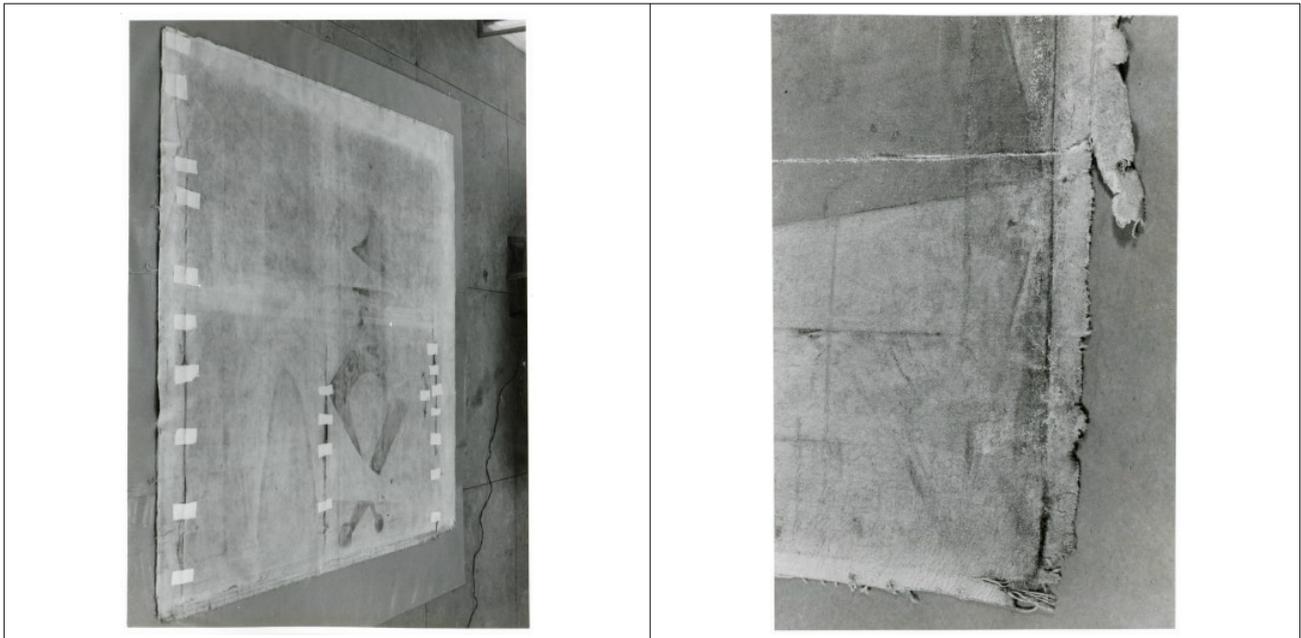


01-12-2007. Acesso em: 28 ago 2019.

- **Restauração da obra, sem título, de Di Cavalcanti:**

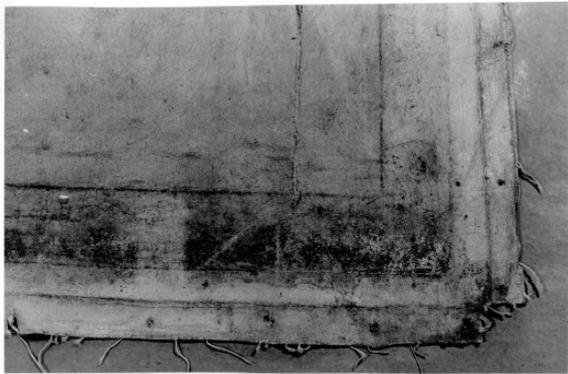
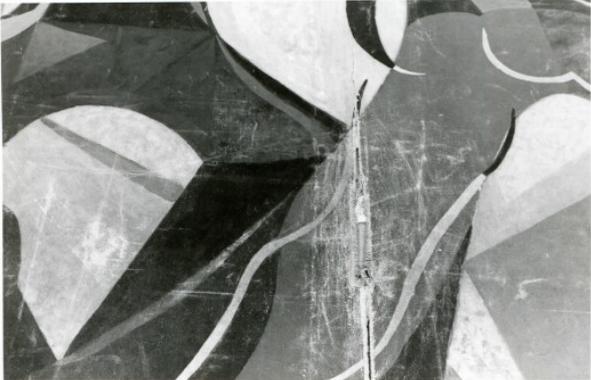
De acordo com documentos disponibilizados pelo CECOR, órgão complementar da Escola de Belas Artes da UFMG, contratado por meio do projeto Vale do Jequitinhonha – denominado “Sub-Projeto 06”, para restauração da tela de Di Cavalcanti, a obra de arte objeto deste trabalho técnico é uma pintura óleo sobre tela de dimensões 2,36m x 2,47m datada de 1954 descrita pela equipe como “a representação de duas figuras humanas estilizadas a dançar (uma em preto e a outra em azul) e uma outra de cor branca a flutuar sobre estas duas. Num segundo plano figuras geométricas em cores cinza, azul, branco e vermelho fecham a composição”⁸. A restauração se deu no período compreendido entre o ano de 1986 e o ano de 2001.

A tela foi entregue ao Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis sem o chassi, apresentando em seu suporte: três grandes rasgos verticais; várias marcas de chassi em suas bordas, sendo que duas delas aparentemente foram cortadas; e muitas marcas de dobras e amassamentos. Em relação a camada pictórica, ela possuía bastante sujeira aderida, principalmente na parte central, abrasões generalizadas e manchas (visualmente borrões) de caneta vermelha do lado esquerdo.



8 Ficha de cadastro da obra disponibilizada pelo CECOR e digitalizada pela estagiária Raquel Mayra Ameno Ayres Silva.



<p>Figura 7 – Três grandes rasgos verticais no suporte da obra. Fonte: Ficha de cadastro da obra, CECOR/UFMG.</p>	<p>Figura 8 – Borda do suporte cortada. Fonte: Ficha de cadastro da obra, CECOR/UFMG.</p>
	
<p>Figura 9 – Marca de chassi no verso do suporte. Fonte: Ficha de cadastro da obra, CECOR/UFMG.</p>	<p>Figura 10 – Abrasões na camada pictórica. Fonte: Ficha de cadastro da obra, CECOR/UFMG.</p>

Realizadas as análises técnicas e a documentação fotográfica, a equipe composta por funcionários do CECOR e estudantes do curso de especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da UFMG propuseram, como intervenções a ser realizadas, a fixação das partes da camada pictórica que estavam abrasionadas e limpeza superficial, seguida pela consolidação do suporte feita por meio da costura e obturação das rupturas, pelo reforço de bordo e reentelamento. Terminado esse processo, colocou-se a pintura em um chassi novo para a realização do nivelamento e a reintegração das perdas pictóricas. Aplicou-se uma camada de adesivo para proteção.





Figura 11 – Obra em processo de reintegração cromática.
Fonte: Ficha de cadastro da obra, CECOR/UFGM.

Após concluído o trabalho de restauração, a tela foi devolvida ao acervo da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, local onde permanece.

- **Atual estado de conservação da obra, sem título, de Di Cavalcante e da escola Júlia Kubitschek, local em que se encontra:**

Em 21 de outubro de 2019, a assessora dessa Coordenadoria do Patrimônio Cultural, Flávia Neves Brígido, realizou visita *in loco* na obra, ocasião em que foi recebida e guiada pela atual diretora da instituição, a Sra. Maria do Rosário Pereira Santos. Dessa forma, apurou-se o estado de conservação da obra. Destacou-se que ela apresenta áreas craqueladas, mas que, de um modo geral, se encontra em um bom estado.





Figura 12 – Área craquelada da camada pictórica.
Fonte: PAAF n° 0024.18.016394-1



Figura 13 – Visão geral da obra.
Fonte: PAAF n° 0024.18.016394-1

Naquele contexto, verificou-se que a tela não está fixada na parede, podendo ser movida ao ser puxada ou empurrada. A obra é protegida por vidro, no entanto, ele não cobre toda a superfície da tela, tendo as partes de baixo e de cima sido vedadas por plásticos. Instalada na parede ao lado da moldura, tem-se uma câmera de segurança que, segundo a atual diretora, não está funcionando. Se tratando de outras questões de segurança, detectou-se que as travas e fechadura para acesso ao salão principal, onde a pintura está exposta, são comuns e que não é solicitada identificação ou há impedimento da entrada de pessoas. O muro que cerca a escola é baixo, o portão de acesso a ela fica aberto e não é solicitada identificação ou impedimento para a transposição desta barreira. De acordo com as perguntas respondidas pela diretora da Escola, a tela também possui sujidades aderidas a ela.

Por meio do relatório respondido pela diretora Maria do Rosário Pereira Santos teve-se conhecimento de que:

- O muro está em precário estado de conservação,
- Não existe no prédio alarme ou sensor de presença;
- Não possui a instituição circuito fechado de TV;
- A escola já foi invadida várias vezes;
- A instituição está próxima a locais com alto índices de assaltos;
- O estado de conservação da cobertura e do revestimento do prédio é precário;
- As portas se encontram em um estado ruim de conservação;



- Há afundamento do piso da área externa e presença de excremento de cupim tanto na área externa quanto interna, indicando atividade desse inseto no terreno da instituição;
- Rastros de umidade na biblioteca, em salas de aula e em outras repartições da edificação;
- Há vazamento nas instalações hidráulicas, contribuindo para a presença de água no interior do prédio;
- A fiação interna apresenta risco de curto, há fiação exposta, e o quadro de distribuição de energia não é adequado;
- Não há sistema de proteção de descargas atmosféricas;
- Há depósito de entulho no interior e entorno da edificação;
- Não há sistema de prevenção de combate a incêndio e pânico aprovado ou em processo de aprovação pelo Corpo de Bombeiros;
- Os extintores estão vazios ou com o prazo de validade vencido;

Todos estes fatores colocam em risco à integridade física dos funcionários e estudantes, como também da edificação e da tela – ambos bens de significativo valor cultural.

Por meio de contato telefônico com a diretora Maria do Rosário Pereira Santos, efetuado pelo terminal (38) 3531-1386, na data de 16 de dezembro de 2019, averiguou-se a situação da cozinha da escola e dos eletrodomésticos que a ex-diretora Cláudia Geralda Gomes relata no ofício nº 025/2018 como sendo impróprios para uso. Foi dito que, atualmente, esses problemas foram sanados e já se realizou a aquisição de novos equipamentos para a Escola.

- **Personalidades vinculadas à obra, sem título, de Di Cavalcanti e à escola Júlia Kubitschek:**

A Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek e a obra de Di Cavalcanti, nela disposta, coexistem devido a ação de personalidades muito significativas, cujo destaque se dá no Brasil e no mundo. Corrobora este entendimento a afirmação feita pela atual diretora da escola, extraída de relatório: de que a escola recebe muitas visitas de turistas, alunos de outras escolas e de outros estados, com o objetivo de conhecer o prédio em razão de ter sido projetado por Oscar Niemeyer e também há visita à tela, por ter sido feita por Di Cavalcanti.

Inicialmente cabe argumentar que o Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek teve sua construção iniciada em 1951, a pedido do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, **como presente ao município de Diamantina, sua cidade natal**. O edifício, foi finalizado em 1954, começou a funcionar como Grupo Escolar em 1955, recebendo a nomeação atual em 1970.



De acordo com informações extraídas do domínio virtual da Fundação Getúlio Vargas⁹, Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina – MG, em setembro de 1902.

Diplomando-se, em dezembro de 1927, para a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, foi trabalhar na Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia, na capital de Minas. Posteriormente seguiu para Paris com o objetivo de especializar-se em urologia. Ao retornar, além de reassumir seus empregos em Belo Horizonte, montou seu próprio consultório. Em 1931 foi nomeado para integrar o corpo de médicos do Hospital Militar da Força Pública do estado de Minas Gerais.

Em 13 de dezembro, no exercício da chefia do Gabinete Civil de Benedito Valadares, Juscelino tornou-se uma espécie de “advogado” das causas de seu município natal. Em fevereiro de 1940 foi convidado por Benedito Valadares para assumir o cargo de prefeito de Belo Horizonte. Durante a entrevista, negou-se a aceitar a nomeação, entretanto, dois meses depois do convite inicial, tomou conhecimento de que Valadares mandou publicar no *Minas Gerais* o decreto de sua nomeação para a prefeitura da capital. Considerando o fato consumado, Juscelino tomou posse no cargo no dia seguinte.

Interessado em remodelar a cidade de Belo Horizonte, Juscelino abriu grandes avenidas e dedicou-se às obras de infraestrutura da cidade, removendo e ampliando as redes de esgoto e abastecimento de água, além de construir o conjunto arquitetônico de Pampulha, um dos marcos da arquitetura brasileira moderna, projetado por Oscar Niemeyer.

Entre maio e julho de 1948 viajou aos Estados Unidos e Canadá. Segundo suas memórias, essa viagem teria exercido grande influência em suas concepções político-administrativas, por convencê-lo de que o Brasil só atingiria um pleno desenvolvimento com um processo de industrialização intenso e diversificado.

Em 20 de julho de 1950, uma comissão executiva do PSD escolheu Kubitschek para disputar as eleições e sua candidatura foi homologada. Getúlio Vargas elegeu-se presidente da República e Juscelino Kubitschek Governador do Estado de Minas. Em 31 de janeiro de 1951 ambos tomaram posse nos cargos para os quais haviam sido eleitos. A base de sua administração, segundo informado, seria o binômio energia e transporte. Tinha como meta prioritária retirar o estado de Minas da posição de estado agropastoril e lançá-lo na fase da industrialização.

9 Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek acesso em janeiro de 2020.



No dia 4 de abril, em comício realizado em Jataí (GO), assumiu o compromisso de transferir a capital do país para o planalto Central, caso fosse eleito. O programa de seu governo, organizado com o auxílio de uma equipe de técnicos, constituía o famoso Programa de Metas. Assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1956.

Em março de 1957, em concurso organizado por Oscar Niemeyer, foi aprovado o plano-piloto de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa para a construção de Brasília. Em 21 de abril de 1960 Kubitschek declarou inaugurada a nova capital, Brasília.

Em junho de 1974 foi eleito membro da Academia Mineira de Letras. Em 18 de junho de 1976 recebeu o troféu “Juca Pato” conferido pela União Brasileira de Escritores, em São Paulo, por ter sido eleito o intelectual do ano de 1975. Em 22 de agosto de 1976 faleceu, vítima de desastre sofrido na via Dutra, nas proximidades de Resende (RJ).

Não bastasse a escola ter sido mandada construir por figura de grande importância como Juscelino Kubitschek, conforme se verificou acima, o projeto foi encomendado ao arquiteto Oscar Niemeyer.

No *site* da Fundação Oscar Niemeyer¹⁰ toma-se conhecimento que Oscar Niemeyer nasceu em 1907 no Rio de Janeiro, formou-se engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes e, em 1935, iniciou sua vida profissional no escritório de Lúcio Costa. Foi no escritório de Lúcio que Niemeyer teve a oportunidade de participar da equipe que desenvolveu o projeto do Ministério da Educação e Saúde (MES), composta por Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Jorge M. Moreira e Ernani Vasconcelos, entre outros. Após, Niemeyer conhece o arquiteto Le Corbusier, que chega ao Rio de Janeiro a convite de Lúcio Costa e Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas, para atuar como consultor nos projetos do MES e da Cidade Universitária.

Em 1939 conhece o então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, que o convida a fazer o projeto do Conjunto da Pampulha. Dado ao seu prestígio, viaja, em 1947, para Nova York como membro do Comitê Internacional de Arquitetos encarregados do desenvolvimento do projeto da sede da ONU.

Em 1954 é convidado a participar do projeto de um conjunto de edifícios para o bairro Hansa, como parte do programa de reconstrução de Berlim. Juntamente a outros 15 arquitetos de renome internacional, Niemeyer realiza sua primeira viagem à Europa, quando também visita a Polônia, Tchecoslováquia e União Soviética.

10 Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/biografia/1907-1930> acesso em janeiro de 2020.

Em 1956 é convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek para projetar a nova capital do Brasil, é nomeado diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap, empresa responsável pela construção de Brasília. É encarregado de organizar o concurso para escolha do plano-piloto de Brasília, participando também da comissão julgadora. Em Brasília, executa os projetos do Palácio da Alvorada, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, entre outros.

Na década de 1970 lança, na França, poltrona – sua primeira incursão no campo de mobiliário industrializado e comercializado. E, em 1972, abre seu escritório nos Champs Elysées, em Paris. No Centro Georges Pompidou, em Paris, é realizada a exposição retrospectiva sobre sua obra “Oscar Niemeyer, architecte”, mais tarde apresentada no Palazzo Grassi, em Veneza, e na Basílica de Saint Croce, em Florença (Itália).

Entre 1988 a 1998, recebe inúmeros prêmios e condecorações. Apenas para citar alguns: recebe o título de Membro Honorário da Academia Americana de Artes e Ciências, é condecorado Oficial da Ordem da Legião de Honra da França, recebe o Prêmio Pritzker de Arquitetura, em Chicago, nos Estados Unidos. Depois o Prêmio Príncipe de Astúrias, na categoria Artes, da Fundação Principado de Astúrias, Espanha. É nomeado membro honorário do Real Instituto dos Arquitetos Britânicos, na Inglaterra. Recebe a medalha do Colégio de Arquitetos de Catalunha, de Barcelona (Espanha), em cerimônia realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Recebe o título de Cavaleiro Comendador da Ordem de São Gregório Magno, do Vaticano. Recebe a medalha de ouro do Royal Institute of British Architects (Instituto Real dos Arquitetos Britânicos) – RIBA.

É responsável por inúmeros e relevantes projetos nacionais e internacionais, pela criação de revistas (“Módulo” e “Nosso Caminho”), publicação de livros, por ele escritos, e sobre ele publicados, foi tema de exposições pelo mundo.

No ano de 2007 são realizadas, em todo o país, diversas exposições, eventos e homenagens em comemoração ao seu centenário de nascimento. No dia 05 de dezembro de 2012, o arquiteto Oscar Niemeyer falece no Rio de Janeiro aos 104 anos.

É nesta escola, mandada fazer por Juscelino Kubitschek, e projetada por Oscar Niemeyer, que está a obra do grande artista Di Cavalcanti.



Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976) foi um dos primeiros artistas a pintar elementos da realidade brasileira, como festas populares, favelas, operários, o samba etc¹¹. Nascido no Rio de Janeiro, foi frequentador do atelier do impressionista George Elpons, o que o colocou em contato com Mario e Oswald de Andrade.

De acordo com levantamentos feitos em domínio virtual dedicado ao artista, Di Cavalcanti foi o idealizador e o organizador da Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Teatro Municipal de São Paulo. Fundou, em 1932, o Clube dos Artistas Modernos e passou a combater abertamente o abstracionismo na sua volta de Paris na década de 1940. Em 1951 foi convidado e participou da I Bienal de São Paulo, mas foi na II Bienal que ganhou o prêmio de melhor pintor nacional junto de Alfredo Volpi. Decidiu participar da Bienal de Veneza no ano de 1956, da qual recebeu o I Prêmio da Mostra Internacional de Arte Sacra de Trieste, aumentando com o passar do tempo suas participações em exposições nacionais e internacionais.¹²

A atuação de Di Cavalcanti na sociedade brasileira e seu relacionamento com personalidades do meio artístico, envolvidos com o modernismo, agrega valor à obra pertencente a escola situada no município de Diamantina. De acordo com Baracho (2016), a partir da década de 1930, a educação nacional passou por sucessivas reformas que pretendiam diminuir a taxa de analfabetismo no Brasil e, conseqüentemente, aumentar o número de pessoas atendidas pelas instituições de ensino. Os governantes procuraram então atingir esses objetivos também por meio dos arquitetos, os quais, baseando-se nos projetos de modernização da educação, buscavam para a arquitetura dos seus prédios escolares atender aos princípios estéticos de racionalidade e funcionalidade.

Na esfera artística, o modernismo surgiu como manifesto às formas anteriores de representação da realidade por meio da experimentação de novas técnicas de criação.

5. Fundamentação:

Segundo *Critérios de valoração econômica de danos aos bens culturais*¹³, trabalho realizado pela Annelise Monteiro Steigleder, o valor cultural de um bem material ou imaterial estará imbuído dos significados atribuídos pelas pessoas. Parafraseando Ulpiano Bezerra de Menezes, a autora (2009, p. 5) escreve que “o valor cultural atribuído às coisas não lhes é imanente, não faz parte intrínseca dessas coisas, mas é instituído pelos homens em sociedade, segundo as mais variadas matrizes e contingências sociais”.

11 BARACHO, op. cit., p. 20, nota de rodapé

12 **Edi Cavalcanti**. Disponível em: <http://www.dicavalcanti.com.br/>. Acesso em: 04 set 2019.

13 STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Critérios de valoração econômica de danos aos bens culturais**. 2009.



Tomando por referência Ulpiano Bezerra, a autora elenca quatro tipos de valores concedidos aos bens culturais, são eles: **valor cognitivo**, relacionado à possibilidade de conhecimento que o bem pode oferecer; **valor formal**, associado à materialidade dos bens e sua função estética, construindo o seu sentido no contexto em que se encontra; **valor afetivo**, referente às relações subjetivas dos indivíduos desenvolvidas com o bem, com espaços, com estruturas, cujo qual “proporciona ao ser humano o sentimento de pertença a algum lugar e a cargas simbólicas elevadas, que alimentam os processos identitários ou a memória social” conforme afirma Bezerra de Menezes (2004, p. 37 *apud* STEIGLEDER, 2009, p. 7-8); e **valor pragmático**, ligado ao uso do bem percebido como sua qualidade sem necessariamente possuir uma “função cultural”¹⁴.

Contudo, a autora utiliza-se de trabalhos da Maria Del Rocío Jimeno para citar outros cinco valores que qualificam o objeto em análise como bem cultural, que são: o atributo **antiguidade**; o atributo **autor**; o atributo **valor evocativo**, seja por ter sido testemunho de algum fato histórico, seja por ter sido pertence de pessoa relevante; o atributo **uso instrumental**, se encaixando em situação de ter sido utilizado por algum personagem histórico, ou em alguma circunstância histórica ou científica; e o atributo **simbolismo**, por representar um povo, uma comunidade ou uma cultura¹⁵.

Ainda se apoiando no estudo de Steigleder sobre valoração cultural de um bem, há a divisão em seu texto quanto a tipologia da coisa, a qual pode ser **patrimônio cultural arquitetônico**, **monumentos naturais** e **obras de arte**. No que tange o campo da obra de arte, o **interesse artístico**, de acordo com Jimeno (2005), é um dos principais valores observados.

Por fim, a autora (p. 13) discute o conceito de bem cultural sob a perspectiva da Ana Maria Moreira Marchesan (2007, p. 39), que o qualifica como dotado de valor próprio, “não se esgotando em seus componentes materiais, mas abrangendo sobretudo o ‘valor’ emanado de sua composição, de suas características, utilidade, significado, etc.”. Para defender seu argumento, Marchesan preza pelo enquadramento do bem cultural nas categorias protegidas pelo direito, as quais consistem em: **valor para a Nação**, quando o valor atribuído é fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso, a Nação; **valor de testemunho**, quando o bem é testemunho do processo civilizatório de determinada localidade relacionando “processos múltiplos e diferenciados de apropriação, recriação e representação construídos e reconhecidos culturalmente”¹⁶; **valor de**

14 BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. Mesa 3. Patrimônio cultural: dentro e fora dos museus. Seminários de capacitação museológica. Anais – Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

15 JIMENO, Maria del Rocío Flores. Tratamiento Contable del Patrimonio Cultural. Tesis Doctoral, Universidade de Granada, 2005.

16 AGUIAR, Ana Cláudia. **A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio?**, 1997, p. 2, *apud* CASTRO, Sonia Rabello de. **O estado na preservação de bens culturais**. RJ: Renovar, 1991, p. 85, in MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental**. Porto Alegre: Livraria do



referência, quando a relação de valor se estabelece na importância do bem enquanto fator relevante para o desenvolvimento da comunidade, servindo como um ponto de apoio e ensino.

Tanto a Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek, quanto a tela sem título de Di Cavalcanti possuem valor cultural, sendo os principais identificados os que se seguem:

- **Valor cognitivo;**
- **Valor afetivo;**
- **Valor de antiguidade;**
- **Valor de autoria;**
- **Valor artístico;**
- **Valor arquitetônico;**
- **Valor evocativo;**
- **Valor para a Nação:** quando o valor atribuído é fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso, a Nação (em razão do fato de a escola existir por ação direta de figuras importantes para a história do país);
- **Valor de testemunho;**
- **Valor de referência.**

Importa destacar o que o art. 216 da Constituição Federal de 1988 tem a declarar sobre a valoração e qualificação da coisa como bem cultural e as respectivas obrigações decorrentes do conceito:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Advogado, 2007, p. 42, in STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Crítérios de valoração econômica de danos aos bens culturais.** 2009, p. 14.



[...]

O promotor de justiça Marcos Paulo de Souza Miranda destaca sobre a natureza jurídica do bem cultural que “a partir do momento em que um determinado bem é individuado e reconhecido como integrante do patrimônio cultural brasileiro, ele passa a ser regido por um regime jurídico especial que o diferencia dos demais bens. Independentemente de tratar-se de bem público ou privado, os bens culturais são considerados pela doutrina mais moderna como sendo bens de interesse público, em razão da relevância de sua preservação para fruição das presentes e futuras gerações”.

Não obstante a escola e a tela serem detentoras de importantes valores culturais, conforme se verificou, não se encontram protegidas por tombamento individual. Este setor técnico realizou consulta à lista de bens protegidos do IEPHA, até o exercício de 2020, tendo verificado esta informação. Para além, este setor técnico entrou em contato com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina, em janeiro do corrente ano, a fim de verificar se recai sobre os bens proteção por inventário pelo município. Ao que foi dito que não.

Entende-se que os valores descritos justificam a proteção da escola Júlia Kubitschek e da tela, sem título, de Di Cavalcanti. A proteção destes deve acontecer o mais breve possível, visando um reconhecimento legal de sua importância, assegurando a existência de ambos e a sua preservação.

6. Considerações e Sugestões:

Considerando que, atualmente, a pintura apresenta áreas com sujidades aderidas, craquelês, que não está bem afixada no local onde se encontra, que o vidro de proteção não cobre toda a superfície da tela, que o local onde está disposta, salão principal, está fechado por portas que possuem travas e fechaduras comuns e que, de uma forma geral, as portas do prédio se encontram em um estado ruim de conservação;

Considerando que o prédio apresenta problemas estruturais, na cobertura, no revestimento e nas esquadrias;

Considerando ter sido constatado mais de um problema quanto ao terreno em que a escola se encontra edificada – o que pode provocar o seu arruinamento;

Considerando a existência de inadequações no sistema hidráulico, elétrico, e à inexistência de sistema de prevenção de combate a incêndio e pânico, sistema de proteção de descargas atmosféricas, sistema de drenagem e sistema de segurança com sensor de presença e alarme e CFTV (Circuito Fechado de Televisão), o que coloca em risco a vida dos estudantes e funcionários da Escola, bem como a integridade dos bens culturais em análise;

Considerando que não é feito um controle de acesso, com identificação, à escola, tampouco ao local onde a obra de Di Cavalcanti encontra-se exposta, aliado a isto, que o muro da escola é baixo e está em precário estado de conservação, bem como que a instituição está próxima a locais com alto índices de assaltos e já foi invadida mais de uma vez;

Considerando que a tela e a escola não são tombados individualmente ou inventariados, mas se tratam de bens com valor cultural, portanto de significativa relevância;

Sugere-se:

- Que o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural proceda a proteção da tela, sem título, de Di Cavalcanti e da Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek. Sugere-se que se inicie pelo inventário e que se avalie o tombamento dos bens, tendo em vista que possuem relevante valor cultural. Sugere-se, inclusive, que o Conselho entre em contato com IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para verificar a possibilidade de proteção em âmbito estadual e federal, dada a relevância da escola e da tela;
- Que, em razão de a escola se encontrar no centro histórico protegido pelo IPHAN, que técnicos daquela autarquia façam vistoria **urgente** na Escola Júlia Kubitschek, bem como na pintura de Di Cavalcanti, a fim de sugerir medidas emergenciais para a adequada preservação dos bens, inclusive, fornecendo apoio para execução das medidas sugeridas. No que diz respeito à tela, por exemplo, pode-se providenciar a sua adequada fixação e a remoção dos plásticos em substituição por proteção que contemple toda a extensão da obra. Entre outras medidas julgadas pertinentes para a sua preservação;
- Que o IPHAN, para além de inspeção na edificação e na tela, realize vistoria do terreno a fim de verificar os problemas existentes, inclusive colaborando para a eliminação de formigueiros, cupinzeiros e respectivas galerias, de forma a evitar acidentes relacionados a estrutura do imóvel;



- Que, em razão de os bens se encontrem em conjunto tombado pelo IPHAN, que a autarquia realize estudos sobre a possibilidade de colocação de concertina e/ou cerca elétrica no muro, tendo em vista que em toda a sua extensão se mostrou facilmente transponível;
- Que a SEEMG (Secretaria de Educação de Minas Gerais) e a SRE (Superintendência Regional de Ensino) sejam acionadas a fim de se verificar a possibilidade de assumirem a responsabilidade pela contratação de projetos para a readequação de sistema hidráulico da escola, bem como para a contratação de projetos para implantação de sistema de proteção de descargas atmosféricas, de sistema de segurança com sensor de presença e alarme e CFTV – Circuito Fechado de Televisão (que resguarde a escola e a tela) e sistema de drenagem (objetivando resolver a infiltração de água no solo). Está em questão a proteção de bens extremamente valiosos do ponto de vista do patrimônio cultural. Todos os projetos elaborados devem ser submetidos ao IPHAN;
- Que o sistema de segurança a ser escolhido e instalado nas dependências da escola esteja dentro dos limites de orçamento destinado à instituição, de forma que também esteja prevista a sua manutenção periódica, configurando-se com um sistema operante e efetivo;
- Que seja feita uma vistoria do Corpo de Bombeiros no local, a fim de fornecer orientações para a confecção de um projeto de prevenção e combate a incêndio, atentando, ainda, para a verificação das instalações elétricas existentes no local, bem como realize treinamentos de combate a incêndio, junto à comunidade escolar, e auxilie a distribuir corretamente os equipamentos de combate a incêndio na escola;
- Que os responsáveis pela manutenção e preservação da escola e da tela se unam para viabilizar a troca das portas, que se encontram em um estado ruim de conservação, bem como providenciem o reforço das travas e fechaduras destas;
- Que os responsáveis pela manutenção e preservação da escola e da tela se unam para viabilizar a construção de um local adequado para armazenamento de gás no estabelecimento escolar;
- Que os responsáveis pela manutenção e preservação da escola e da tela se unam para a viabilização da execução dos projetos elaborados, de forma que as medidas propostas sejam realmente implantadas e os aspectos verificados não mais se configurem como um risco à integridade do imóvel, dos bens móveis e integrados e, principalmente, das pessoas que nele



convivem. Dessa forma, se assumirá um compromisso com o bom funcionamento da instituição de ensino, assim como para a preservação dos dois bens culturais;

- Que se verifique a qual termo de compromisso a ex diretora da escola se refere no ofício nº 025/2018. Segundo informado, o termo diz respeito à reforma da escola e ao prazo para a sua execução, que se extinguiu em 2019. Que se avalie as cláusulas existentes, seu cumprimento e se é cabível renegociar o prazo final, uma vez que este já se expirou.

Sendo o que se apresenta para o momento, este setor técnico se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2020.

Paula Carolina Miranda Novais
Ministério Público – Mamp 4937
Historiadora especialista em Cultura e Arte
Conservadora-Restauradora

Raquel Mayra Ameno Ayres Silva
Ministério Público – Mamp 1019600
Estagiária de Conservação-Restauração

